



## ATA Nº 08/2022

Aos 11 dias do mês de maio de 2022, no grande auditório do Centro Multimeios de Espinho, reuniu-se, para a terceira reunião da segunda sessão ordinária do ano 2022, a Assembleia Municipal de Espinho presidida por José Emanuel Teixeira Carvalhinho e secretariada por Guilhermino Pedro de Sousa Pereira e por Isabel Maria Pinhal Resende, com a seguinte ordem de trabalhos:

5. Deliberar sobre a proposta de nomeação da entidade PALM – PEREIRA, ALMEIDA, LINHARES, MONTEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA., para os serviços de auditoria, revisão e certificação legal de contas do Município de Espinho, para os anos de 2022, 2023 e 2024;
6. Deliberar sobre propostas que visam prosseguir as atribuições da Autarquia;
7. Aprovar as atas;
8. Aprovar o Regimento da Assembleia Municipal de Espinho
9. Apreciar a informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade Municipal
10. Tomar conhecimento da Alteração por Adaptação do Plano de Pormenor do Estádio do Sporting Clube de Espinho, na sequência da transposição das Normas do Programa da Orla Costeira - Caminha-Espinho (POC-CE).
11. Tomar conhecimento da Informação relativa às autorizações prévias genéricas necessárias à execução dos Documentos Previsionais 2022.

A reunião iniciou-se às 21h30 dado que, à hora inicialmente designada, não se encontrava presente a maioria do número legal de membros desta Assembleia.

Foi verificada a presença dos membros António José Nunes Teixeira Lopes, Jorge Eduardo da Nave Pina, Rosa Martins Freitas Duarte, Maria Alexandra Flôr de Pinho da Silva Bastos, Álvaro Paulo Alves Leite, Nuno Antonio Almendra Monteiro Martins, Hermínio José Figueiredo Martins da Cunha, Filipe Alexandre Perdigão Carvalho Pinto, João Paulo do Couto Matos e dos Presidentes da Junta da União de Freguesias de Anta e Guetim - Nuno Pinto de Almeida, da Junta de Freguesia de Espinho – Vasco José Carvalho Alves Ribeiro, da Junta de Freguesia Paramos - Manuel de Oliveira Dias e da Junta de Freguesia de Silvalde - José Carlos da Silva Teixeira.

Foi dada nota do pedido de substituição dos membros Joana Raquel da Silva Devezas por Liliana Andreia Ribeiro de Carvalho Guedes, João Humberto Santos Cunha Bastos por Manuel Augusto Gomes Novais, José Adolfo Carvalho Rocha por Fernanda Maria Guedes Bastos, Abel Jorge Correia dos Santos por Rui Serrão, Teresa Manuel Dias Leite de Carvalho e Magalhães por Graça Hermínia Conceição Dias Pereira, António Manuel Pinto de Oliveira por Manuel Cardoso Pereira, Beatriz Manso Preto Loureiro por Floriano Augusto de Oliveira Alves e de Ana Cecília Alves de Campos Lopes de Rezende por Fausto Manuel da Silva Neves. Faltou por motivo justificado Ana Paula Africano de Sousa e Silva.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Adelino Miguel Lino Moreira Reis. Estiveram também presentes o Sr. Vice-Presidente, Álvaro Ferreira da Cunha Monteiro e os Senhores Vereadores Maria Manuel Barbosa Cruz, Leonor Cristina da Costa Matos Lêdo da Fonseca, João Manuel Oliveira Passos e Hélder Manuel Freitas Leitão Rodrigues.

Verificado o quórum, o Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião, referindo que estava a ser transmitida em direto, começando os trabalhos com a proposta de nomeação da entidade PALM – PEREIRA, ALMEIDA, LINHARES, MONTEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA., para os serviços de auditoria, revisão e certificação legal de contas do Município de Espinho, para os anos de 2022, 2023 e 2024;

Não havendo intervenções, passou-se à votação, tendo o documento sido aprovado com 22 votos a favor e 2 abstenções.

O Presidente da Assembleia informou que não foram apresentados quaisquer documentos para o ponto 6, pelo que se passou à aprovação das atas n.ºs 13/2021, 14/2021, 1/2022 e 2/2022, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade dos presentes nas reuniões a que se reportam as atas em apreciação.

De seguida, lembrou que o ponto 8 - Aprovar o Regimento da Assembleia Municipal de Espinho ficou adiado para a sessão a realizar em junho, passando para o ponto seguinte: Apreciar a informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade Municipal, lembrando que iriam apreciar as informações escritas de fevereiro e de abril. De seguida, deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para apresentar



os documentos, tendo o mesmo referido que ficava ao dispor dos vogais para as perguntas que quisessem colocar.

Fausto Neves (CDU) questionou a renovação urbana em Espinho, referindo que a renovação feita no tempo do PS, foi de pouca durabilidade e com algumas manobras precipitadas, por exemplo, nas áreas de peões e a última feita pelo PSD, mais ambiciosa, que mexeu em mais aspetos todos relacionados e de uma grande fragilidade para o concelho, tendo sido obtido financiamento de vias cicláveis, depois distribuído por condutas, mobiliário urbano, o que, juntamente com as obras do RECAFE colocavam vários problemas a Espinho, porque apostou-se forte em vias cicláveis, que não foram bem pensadas, sendo que a população de Espinho estava envelhecida, surgindo por outro lado, o problema das trotinetes elétricas que não tinham as mesmas características dos velocípedes e também os grupos de ciclistas que utilizavam as estradas para circular, fazendo notar que as vias cicláveis não tinham uma aplicação tão válida como se pensava e que a vida atual não permitia que, de repente, se passasse a andar de bicicleta ou a pé, de um dia para o outro. Que os automóveis começavam a ter problemas, sendo que Espinho ainda não decidiu se queria automóveis no centro, nos parques de estacionamento construídos, ou na periferia, com um sistema de transporte ambientalmente correto, gratuito ou de baixo custo, permitindo melhorar a circulação. Que nas horas de ponta as entradas para Espinho, estavam sempre muito congestionadas, originando perigosidade na A29, tendo aumentado com a construção do Mercadona. Que a EN 109 estava num estado deplorável. Disse que havia várias variantes que deviam ter sido coordenadas, algumas até eram contraditórias causando problemas complicados. Referiu também o problema do estacionamento em que se multava quem deixava passar o tempo do parquímetro e não se multava quem estava em cima de passadeiras ou de passeios.

José Teixeira (Presidente JF Silvalde) questionou o investimento em termos de mobilidade que era só feito na cidade, esquecendo-se as freguesias. Disse que na Rua do Golf, do lado sul da construção do túnel existia um escoamento de água a céu aberto e que, do outro lado, da mesma estrada, corria água residual proveniente do campo do diploma, sugerindo que fosse pedido ao dono da obra para ligar o escoamento à rede pluvial e ao SCE a ligação à rede de saneamento. Referiu ainda que a pérgula em ferro frente ao bairro piscatório carecia de manutenção estando em risco de cair.

João Matos (BE) disse que também a informação escrita de abril foi apresentada fora de prazo, o que menorizava a Assembleia Municipal. Disse que, após terem confrontado o executivo relativamente às obras municipais e licenciamento na anterior informação escrita, repararam que o capítulo referente ao assunto desapareceu. Questionou os trabalhos a mais constantes na página 5, para o RECAFE, para o Estádio Municipal e para a Escola Sá Couto e ainda qual foi a utilidade da Medida de apoio COVID 19 atribuída apenas a uma família e o que impedia as famílias de a requerer, o que impossibilitava o seu acesso.

Alexandra Bastos (PSD) congratulou o Presidente e o executivo pelos avanços nos processos na área da saúde, fazendo notar que, em Portugal, se o governo e o município fossem PS tinham progresso, e perguntou se tinha sido pensada a reabertura das urgências no Hospital de Espinho. Perguntou ainda qual a intenção do município em comprar o edifício em Paramos, tendo dado 90 mil euros por uma ruína. Perguntou qual era o ponto de situação do programa do primeiro direito e com a implementação de novas respostas com o programa municipal de arrendamento acessível; em que situação estavam as obras da linha férrea do troço da Linha do Norte e qual a possibilidade de haver obras a nível de segurança na Linha do Vouga e em que situação estava a compra de equipamentos.

Jorge Pina (PS) perguntou se não haveria uma solução para o terreno entre a Av. 24 e a Rua 33, à norte do Centro Multimeios, que mais parecia um caixote de lixo a céu aberto. Questionou o mobiliário urbano para o lixo existente na cidade que se partia e era vandalizado com facilidade, levando a que as ruas estivessem sempre sujas. Lembrou que as rampas das Ruas 19 e 31, embora, o Presidente da Câmara já tivesse prometido, eram muito acentuadas e sabia que o seu fundamento era a redução da velocidade, mas no seu entender, devia existir um meio para amenizá-las, mantendo o fundamento, sendo que, conforme estavam, nunca tinha visto isso em lado nenhum; Disse que as casas de banho junto à praia, estavam fechadas, não tinham salubridade e pediu que o assunto fosse resolvido porque estavam quase na época balnear. Perguntou ainda para quando estava prevista a abertura do parque de estacionamento do FACE.

José Carvalhinho (PS) perguntou o ponto de situação da nova Unidade de Saúde Familiar da Marinha e da transferência de competências.



Presidente CME respondeu que estavam focados em terminar as obras em curso, estando, naquele momento, a fazer todos os esforços para receção da obra do RECAFE, o que estava muito próximo de acontecer, nomeadamente o edifício do turismo, o edifício progresso e o parque de estacionamento, e também a requalificação norte, que era importante que terminasse antes do verão, sendo que foram feitas algumas intervenções no sentido de corrigir soluções menos adequadas e corrigir problemas, numa lógica de não atrasar a conclusão da obra, pelo menos da parte viária. Disse que houve um conjunto de intervenções em Espinho que não estavam a ter o resultado esperado, nomeadamente em termos de mobilidade com problemas de congestionamento de trânsito, de paragem e de estacionamento e algumas debilidades em termos de manobras e que estavam a desenvolver um plano mais abrangente para corrigir aquelas situações, para dar um sentido às ciclovias e fazer com que se estendessem às freguesias, a do RECAFE até à Rua do Golfe e o circuito fechando com a rua 20. Que estavam a estudar e a desenvolver soluções para resolução de problemas, nomeadamente na Rua 33, onde era praticamente impossível parar ou estacionar, mas que tinham uma margem muito reduzida de poder reverter decisões, sob pena de terem de devolver fundos comunitários, porque eram obras financiadas. Que perspetivavam abrir muito em breve o parque de estacionamento do RECAFE e também o do FACE. Disse que tinha conhecimento dos problemas apontados pelo Presidente da JF de Silvalde e que já tinham reportada o assunto por várias vezes ao empreiteiro, estipulando-lhe um prazo para correção da situação. Quanto ao problema das águas provenientes do campo do diploma disse que iriam estudar a melhor solução para resolução do assunto, sem prejudicar o SCE, e, numa lógica de cooperação, conseguiriam arranjar uma solução. Sobre os trabalhos elencados pelo vogal João Matos, disse que quem também aprovou aquela metodologia, no passado, foi o BE, tendo o PS, na altura votado contra por entender que prejudicaria o município. Sobre as restantes questões passaria, depois, a palavra à Vereadora Leonor Fonseca. Para as perguntas colocada pela vogal Alexandra Bastos, disse que o Vice-presidente da Câmara Municipal responderia e esclareceu que naquele momento, estavam autorizados pela Câmara Municipal a comprar o edifício em Paramos, sendo que o objetivo era terem um equipamento, numa candidatura apresentada no âmbito das comunidades desfavorecidas, para valorizar a Lagoa de Paramos e o Bairro da Quinta, implicando alguns estudos acessórios em curso. Sobre o primeiro direito disse que tinham feito um esforço muito grande para rever toda a estratégia de habitação que estava muito mal estruturada e que não resolvia em

praticamente nada os grandes problemas encontrados. Que já assinaram o primeiro contrato para avançar com a primeira requalificação do Bloco F do Bairro da Ponte de Anta e outras se seguiriam. Disse que o programa primeiro direito não se destinava às câmaras, mas às pessoas que podiam ser ou não elegíveis. Que, naquele momento já estavam a conseguir alguns resultados e que entendia que a habitação era mesmo o primeiro direito e que todos mereciam viver com dignidade. Sobre o arrendamento acessível, referiu que não encontraram nenhum regulamento, nem nada feito naquela matéria e considerava que era uma ferramenta importante e estratégica para o município que permitiria resolver muitos problemas. Que lançariam um programa para os privados poderem fazerem fogos a custos controlados para as pessoas poderem arrendar ou adquirir, de acordo com o definido em lei, trabalho que já devia ter sido feito há muito tempo como aconteceu noutros municípios. Disse que, naquele momento, estavam a decorrer as jornadas da habitação, convidando os presentes a participar. Disse que a linha do Norte estava a ser requalificada, com alguns atrasos porque estava a ser feita e que para a linha do Vouga conseguiram chegar a um consenso numa reunião realizada em Espinho para levar a linha do Vouga até à estação da linha do norte, sendo que era entendimento de todos os Presidentes das Câmaras envolvidos que uma boa intervenção no concelho de Espinho podia ditar o sucesso ou não daquela requalificação, dado que os estudos feitos eram no sentido de ganhar alguma rapidez entre Oliveira de Azeméis e o Porto, sendo que o interface em Espinho era decisivo para ditar o sucesso da intervenção. Que era importante aproveitar o financiamento existente de cerca de 30 M€ e ainda tinha a vantagem de libertar a área condicionada pela atual linha que dava a oportunidade de criar uma nova centralidade, consolidar a expansão para sul e de requalificar o território, aproveitando a regeneração para dar resposta a debilidades. Respondendo ao vogal Pina, disse que já tinham solicitado que o espaço fosse limpo e já tinham apresentado duas candidaturas para aquele espaço, um no âmbito de arborização e requalificação de espaços exteriores e outro para a Vila Manuela. Sobre a recolha de resíduos, disse que era preciso fazer um forte investimento no mobiliário, mas que tinham constrangimentos financeiros. Sobre as rampas da rua 19, referiu que já estava agendado o terceiro rebaixamento, executando-se logo que os serviços municipais tivessem disponibilidade; que na Rua 33 era a mesma situação. Sobre as casas de banho, disse que era uma questão a ver com o Presidente da Junta de Freguesia, mas que algumas casas de banho públicas tinham vindo a ser requalificadas. Que o parque do FACE estava na iminência de abrir. Sobre o USEF da marinha disse que, em



consenso com o ACES Gaia Espinho, conseguiram aprovar uma nova USEF encontrando-se em fase de estudos técnicos. Referiu que o Vice-presidente e os Vereadores da Câmara Municipal, com competências nas respetivas áreas, prestariam de seguida esclarecimentos solicitados

Vice-Presidente CME referiu que, durante 12 anos, assistiu-se ao sucessivo fecho de estruturas de saúde no município, sem que, em tempo útil e em contraponto, o executivo tivesse uma voz ativa, interveniente, de fundamentar e argumentar da necessidade da manutenção das estruturas e que a deslocalização de funções exercidas politicamente no local, hoje, a nível central, outorgavam o direito de se falar no que se devia ter falado nos últimos 12 anos. Disse que cumpria ao atual executivo arregaçar as mangas e fez notar que a saúde devia deixar de ser arma de arremesso político, dado ser um bem que devia ser cuidado de forma transversal por todas as forças políticas. Disse que não havia saúde falando só da urgência, de cuidados primários, sem a participação dos cidadãos, sem educação para a saúde. Disse que o atual executivo tinha iniciado um plano, começando por identificar que era necessário reorganizar os cuidados de saúde primários desbaratados nos últimos anos, para reabertura de um polo na Marinha, fazendo um memorando com o ACES e promovendo a deslocalização de uma unidade de cuidados na comunidade que estava sediada em Arcozelo e também de um Centro de diagnóstico integrado para exames, análises, eletrocardiogramas e de um centro de comportamentos aditivos. Que aquela reorganização não se destinava apenas a resolver um problema criado com o encerramento do polo, mas visava também permitir que o Centro de Saúde de Espinho sobrelotado, libertasse espaço e desse um melhor atendimento. Previam-se a sua abertura no final do ano, mas que não era possível fazer aquele trabalho sem ter as parcerias estabelecidas com as unidades locais de saúde pública e com a Administração Regional de Saúde do Norte, o que se concretizou nos primeiros quatro meses de ação do executivo, sendo que os memorandos de entendimento estavam já assinados. Quanto ao serviço de urgência, disse que quem utilizasse isso como argumento político para ganhar votos, não iria longe e que falar hoje em cuidados de serviço de saúde de urgência era completamente diferente de há 10 anos e que só quem tivesse um grande desconhecimento sobre a matéria o podia fazer, sendo que utilizava a palavra desconhecimento para não referir ignorância porque a ignorância era sempre a mãe do atrevimento. Disse que sobre aquela matéria, a Câmara estava a tratar da construção do plano municipal de saúde, sendo que os cuidados na região

de Gaia - Espinho contavam atualmente com um serviço polivalente a 12 km, sendo que em Portugal existiam 5 serviços daqueles e que não foi fácil a luta para que a região tivesse aquele serviço. Disse que seriam prestados mais esclarecimentos numa sessão temática dedicada àquele tema da saúde.

Maria Manuela Cruz (Vereadora CME) disse que a primeira transferência de competências foi feita na área da educação, dizendo respeito às duas escolas-sede dos agrupamentos, a Escola Manuel Laranjeira e a Escola Gomes de Almeida, tendo-se recebido 88 funcionários, com os quais a Câmara Municipal fez reuniões, e com a preocupação de se acautelar os seus vencimentos; que ainda era muito cedo, mas tinha a sensação que o envelope financeiro, que lhes foi imposto, não seria suficiente, sendo que, faltando três meses para terminar o ano letivo, a Câmara considerou que não era prudente fazer a passagem de todos os serviços para o município, tendo feito contratos interadministrativos com os Agrupamentos para continuarem a funcionar normalmente até 31 de agosto, recebendo uma verba para cobrir as despesas e dar tempo ao município para renegociar os contratos de água, luz, internet e refeições. Que ao abrigo da Lei 21/2019 de 30 de janeiro, constituíram uma Comissão de Acompanhamento de Delegação de competências para acompanhar as verbas e os gastos, estando também a estudar com os agrupamentos como seria feita a delegação de competências a partir de 31 de agosto e o que era melhor para cada escola.

Leonor Fonseca (Vereadora CME) esclareceu que os dados para o Fundo de Emergência Social Municipal FESM covid eram fornecidos pelas técnicas de ação social, com a periodicidade da informação do Presidente, e que os dados vertidos referiam-se apenas ao período de 1 dezembro 2021 a 1 de janeiro 2022 e que, de acordo com o Regulamento, era apoiado quem comprovadamente demonstrasse perda de rendimentos. Sobre a delegação de competências na área da ação social, disse que tinham pedido o seu adiamento para janeiro de 2023, e que não queriam que o envelope financeiro não correspondesse às necessidades do atendimento do serviço social e no âmbito do rendimento social de inserção. Que no concelho existiam inúmeras instituições, como a CERCÍ, a ADCE, o Centro Social de Paramos que faziam aquele serviço e que não iriam retirar os funcionários às instituições, não assumiriam aquelas funções por não terem a experiência e que pretendiam que a tutela ouvisse o município porque para fazer o atendimento na área do serviço social, para dar resposta aos rendimentos sociais de inserção tinham que permitir que aquelas





instituições continuassem a fazer o seu trabalho, sendo que a autarquia teria de transferir a verba que a tutela transferiria a qual teria de ser suficiente para cobrir as necessidades.

Fausto Neves (CDU) sobre a transferência de competências na área da educação, referiu que o PCP e a CDU sempre foram contra, tendo sempre considerado que era um dever do Estado assegurar a saúde e o ensino e que, normalmente, a transferência era para ganhar dinheiro, tendo o receio que as autarquias não tivessem capacidade de assegurar, nem financeiramente, nem tecnicamente, os serviços das escolas e que isso pudesse acabar em privatização de alguns serviços e setores. Sobre a habitação, considerava muito interessante a nova atenção que a Câmara queria dar ao assunto, mas que a habitação não se resumia aos bairros sociais, e que a máxima atenção de todos devia ser o facto da população estudantil ser superior à que vivia em Espinho, indicador de que muitos casais saíram de Espinho. A questão era saber como fazer baixar o preço da habitação quando se investia em grandes projetos, tipo Fortera, ou quando se pensavam em soluções de modernismo contado com o número de andares que se queriam construir, ideia que já dera o que tinha a dar. Referiu que a Fabrica de Papel situada junto do Castro de Ovil era preciosa, tinha um grande interesse e que devia ser preservada. Sobre o posto de saúde do bairro da Marinha, disse que percebia as razões técnicas, mas sabia das dificuldades sentidas pelas pessoas que já não conseguiam conduzir, tendo de chamar um táxi para irem ao posto de Silvalde e por isso as questões técnicas caíam e que não era arremesso político relembrar o muito mau negocio que a anterior Câmara PS fizera quando deixou fechar a urgência e também a maternidade com o argumento de que não havia número de partos suficientes, e que não era crível que a maternidade privada tivesse mais partos porque aqueles eram muito mais caros. Disse que por melhor que fosse a urgência do hospital de Gaia, nunca seria melhor do que uma urgência básica em Espinho, perto da população, devido à distância, ao custo das deslocações, às dificuldades. Disse que uma urgência básica aliviaria as urgências importantes quer de Santa Maria da Feira, quer de Gaia.

Paulo Leite (PSD) disse que, apesar do vice-presidente da Câmara Municipal ter dito que a saúde não devia ser usada como arma de arremesso político, constatou-se que foi precisamente o que tinha feito. Que se esqueceu de dizer que, durante os 12 anos em que o PSD esteve na autarquia, o governo era do PS, que quem fechou as

urgências foi um Presidente de Câmara Socialista, e que a unidade de saúde da Marinha foi encerrada também por órgãos tutelados pelo PS e ainda que, durante aqueles 12 anos, o PSD sempre pugnou para que o serviço de urgência fosse reaberto ou que de uma forma diferente pudesse servir a população de Espinho evitando, em alguns casos, deslocações à Gaia. Disse que também, naqueles 12 anos, fizeram vários apelos para resolução dos problemas nas habitações sociais, mas que o governo socialista fez orelhas moucas. Fez notar também a questão da reformulação da Rua 33 que o PS anunciou na campanha eleitoral, mas agora que estavam na Câmara Municipal concluíam que não o podiam fazer. Que ficava satisfeito pela abertura do parque de estacionamento que o Presidente da Câmara anunciou, em 27 outubro de 2021, que abriria até ao final do ano. Que o governo do PS começou a reformulação da Linha do Norte precisamente com as Câmaras PS, não querendo saber de Espinho. Conclui que se alguém usava as questões políticas para, em benefício de si próprio, se perpetuar no poder tinha sido o PS, governando mal porque, na sua ótica, uma coisa era governar para o futuro e outra era governar para ganhar eleições, sendo que, durante 12 anos, o PSD esteve a preparar o concelho para o futuro e a corrigir o que a Câmara PS tinha feito. Disse que a explicação dada sobre a intenção da Câmara Municipal em comprar a dita "ruína" em Paramos, não foi clara, não se tendo ficado a perceber o que pretendiam. Que estava curioso para saber como se iria processar o arrendamento e a aquisição acessível. Que o PSD, a nível local, distrital e nacional, defendia o que era bom para Espinho e não interessava se o deputado tinha sido eleito pelo Porto ou por Aveiro, fosse ele de que partido fosse. Disse que até ali a Câmara dizia que não havia dinheiro para nada e agora parecia haver dinheiro para tudo, pelo que gostava de perceber de onde vinha para dar resposta a todas aquelas questões.

João Matos (BE) relativamente à intervenção da vogal Alexandra Bastos (PSD) quando referiu que era preciso abandonar as bandeiras políticas, disse que era um embaraço para aquela Assembleia, uma vez que estavam ali representadas 4 diferentes bandeiras políticas, com uma proposta para o bem comum. Quanto às questões por ele colocadas sobre os trabalhos a mais, constantes da página 5 da primeira informação escrita, disse que o Presidente da Câmara e a bancada do PS recorriam constantemente ao passado e recordou que, no mandato atual, era ele quem ali estava pelo BE, não tendo ouvido qualquer esclarecimento. Relativamente à intervenção do vice-presidente da Câmara disse que o papel da assembleia municipal



era político e não técnico e que a saúde era sim uma arma de arremesso político que devia ser usada no sentido de explicar as diferenças das propostas políticas. Disse que quem identificou as necessidades foi a população e por isso castigou o PSD nas anteriores eleições. Que ficavam à espera do prometido sobre a reabertura da USF da Marinha até ao final do ano ou se a promessa ficaria esquecida na gaveta orçamental. Disse que era importante esclarecê-los sobre as refeições nas cantinas das escolas e perguntou se o executivo iria recorrer ao *outsourcing*. Disse que era importante ficarem a perceber porque houve apenas um beneficiário do FESM num mês e perguntou se a medida tinha sido devidamente divulgada. Relativamente à segunda informação escrita, disse que existiam fotografias promocionais com o Sr. Presidente da República, a sinopse do filme do Batman e muita coisa, mas esclarecimento e transparência quanto às obras públicas nem por isso. Perguntou quais eram os trabalhos a que se referia a deliberação n.º 16/2022 sobre a reabilitação da zona norte do concelho em que a câmara deliberou aprovar a realização de uma despesa correspondente a quase 32 mil euros e qual era a sua justificação e também quais os trabalhos a mais a que se referia a deliberação n.º 19/2022 - Escola Básica Sá Couto - e qual a sua justificação. Relativamente à deliberação n.º 30/2022 sobre a aquisição de imóvel junto ao Aeroclube por 90 mil euros, disse que, na anterior reunião foi-lhes explicado que a Câmara estava numa iminente falência numa situação calamitosa e que, se assim era, perguntou qual o objetivo daquela aquisição e que projeto tinham em vista. Sobre a deliberação 35/2022 referente à reabilitação da zona norte entre o RECAFE e a rua 20 - segunda proposta de trabalhos complementares, em que a câmara aprovou a realização de despesa de quase 10 mil euros, perguntou quais eram os trabalhos a mais e qual a sua justificação e também na deliberação 52/2022, sobre o estádio municipal de Espinho, em que foi aprovada a realização da despesa correspondente à modificação objetiva de meio milhão de euros. Quanto à deliberação 57/2022 - Protocolo de Colaboração com a Fastbird, ou seja, as trotinetes, disse que não havia qualquer transparência, não houve concurso público, que era uma empresa com fins lucrativos, que impunha um euro só pelo desbloqueamento da trotinete, que não havia regras visíveis e físicas de utilização, que não havia parqueamentos visíveis e devidamente assinalados, que não havia transparência fiscal uma vez que a empresa exigia ao cliente o NIF, mas não passava fatura. Perguntou qual era o ponto da situação sobre a realocação da área crítica de Paramos e que novos fatores intervieram.

Jorge Pina (PS) fez uma interpelação à Mesa porque tinha depreendido que as duas informações seriam discutidas em simultâneo, sendo que o deputado do BE teve um tratamento diferenciado.

Teixeira Lopes (PS) disse que a Assembleia Municipal era um órgão determinante na política municipal, onde se discutiam ideias, opiniões e onde se podia e se devia divergir. Salientou o facto da Câmara Municipal ter tomada posse em outubro e considerando o tempo para tomarem conhecimento dos dossiês, até ficou perplexo com o que já tinha informado. Sobre o projeto do primeiro direito disse que ficou satisfeito por dele ter tomado conhecimento, e que havia questões fundamentais para resolver, uma vez que o PSD não fez nada sobre aquele assunto. Quanto ao estádio municipal, todos se recordavam de quantos projetos foram feitos, mas sobretudo o que foi feito no último mandato, com pompa e circunstância e até com comportamento indecoroso como se verificou na Assembleia em que os que se opunham às ideias do PSD tiveram grandes dificuldades em fazerem-se ouvir porque foram sujeitos a intimidações e que o resultado do estádio municipal era na base de qualquer coisa que nunca se confirmou, dali o seu atraso. Que não iria ter bancadas em todo o lado tendo o PSD prometido 4 e tendo ficando apenas com 1 e tendo duplicado quase o preço. Disse que ele considerava que o desporto era um direito do povo, tão importante como o saneamento e como a água. Sobre o plano de saúde municipal disse que seria bom para todos os espinhenses e esperava que conforme prometido se concretizasse. Sobre o projeto de ligação da linha do Vouga à Linha do Norte, disse que já em 1908, o Rei D. Manuel II veio inaugurar a ligação entre o litoral à linha do Norte e ao interior, o que permitiu o desenvolvimento económico, social e cultural, aproximando o concelho de Espinho a Viseu, o que demonstrava a importância da ferrovia. Quanto à descentralização da educação e da ação social, disse que tinham de exigir do governo que o descentralizado em termos de responsabilidade fosse compatível com o devido envelope financeiro para poderem concretizar, desenvolver e melhorar a situação.

Fausto Neves (CDU) protestou contra a modéstia do vogal Teixeira Lopes porque sabia que ele esteve ligado, bem antes, a outro dia negro para além daquele dia que mencionou sobre a discussão do estádio, que foi a história da lista negra. Disse que cada vez que se discutia o estádio, que era um problema complicado para Espinho, financeiramente e politicamente, era bom lembrar que o estádio foi aprovado e estava



no decreto-lei já nos anos 70 e que devido a uma birra da família Violas, dona de uma parte grande do terreno destinado ao estádio, o Decreto veio para traz e o estádio ficou suspenso e por outro lado houve uma oferta daquela família de 35 mil contos para arrelvamento do estádio e houve o projeto das bancadas construídas sobre a rua e que as pessoas que protestaram, sendo que o vogal Teixeira Lopes fazia parte daquele grupo, foram colocadas numa lista negra. Disse que o Estádio já podia estar construído há muitos anos e que o próprio Espinho não quisera. Que aproveitou o protesto para recordar aquela história porque entendia que era importante relembrar os erros para que não fossem repetidos.

Presidente CME disse que, durante anos, o vogal do PSD construiu uma ilusão, uma mentira e que agora tinha de defendê-la e que, mesmo confrontado claramente com os dados, continuava a tentar vender uma ilusão não percebendo que os espinhenses não queriam continuar a viver nela. Disse que não existia saúde financeira, como já tinha sido claramente demonstrado no relatório de contas, sendo que o município apresentou um resultado líquido negativo de 1,2 M€, significando que Espinho não era um município sustentável e que era a partir dali que tinham de desenvolver estratégia. Disse que já resolveu largas dezenas de problemas que herdou do executivo anterior. Disse que o vogal do PSD brincava com a Rua 33 e fez notar que naquela rua existiam comerciantes que estavam a passar graves problemas e que alguns teriam de encerrar as suas lojas ou extinguir postos de trabalho porque foi feita uma péssima intervenção urbanística e porque eram um município subsídio-dependente a tal ponto que andavam nas esmolos dos fundos comunitárias, agarrando o que aparecia, como os fundos para as ciclovias para requalificação da rua 33, verificando-se que tinha uma utilização baixíssima e que a solução implementada na servia. Disse que as obras foram mal feitas, o planeamento era mau e os materiais eram fracos, originando vários problemas que agora tinha de resolver com dificuldade porque tinha de respeitar as regras senão teria de devolver o dinheiro e que, uma vez que não era possível retirar as ciclovias, estavam a estudar soluções para minimizar o problema. Disse que o memorando de entendimento tinha sido assinado pelo PSD pelo que a extensão da saúde tinha sido fechada pelo PSD e que se estivesse na Câmara não tinha fechado, garantindo que agora reabriria. Se o executivo anterior tivesse feito um trabalho sério e demonstrado a importância daquela extensão e o impacto do seu encerramento, não teria fechado. Que apresentavam candidaturas para projetos e a ter alguma concretização no seu aproveitamento e que no passado estavam de

costas voltadas para todos, uma péssima relação com o governo e com alguns municípios. Disse que em Paramos, freguesia ostracizada pelo anterior executivo, existiam edifícios, elementos da natureza, património que considerava estratégicos e que a sua obrigação era promovê-los e integrá-los em planeamento estratégico e que se pudesse com isso criar valor acrescentado e até alguns postos de trabalho seria ótimo. Que estavam a fazer estudos para comprar aquele edifício e se pudessem requalificar um edifício abandonado, que em 2009 até fazia parte do programa do PSD a sua requalificação, para ter um centro de valorização da Lagoa de Paramos e do Castro de Ovil, no âmbito das comunidades desfavorecidas, naturalmente que o fariam. Que foram feitas muitas promessas não cumpridas pelo anterior executivo, como a requalificação da avenida da Igreja em Paramos, a habitação e o arrendamento a custos acessíveis, a requalificação do bairro da quinta. Disse que morava e gostava de Espinho e não vinha só para fazer política, para defender o seu partido.

Paulo Leite (PSD) protestou dizendo que o Presidente da Câmara apenas respondeu às suas questões, deixando os outros vogais sem respostas e acrescentou que quem estava equivocado e a viver na mentira era ele ao dizer que nada foi feito porque existia o RECAFE, as ruas tinham sido renovadas, foram substituídas canalizações de água. Sobre o projeto para a "ruína" ficaram a saber o mesmo. Disse que queriam concretizações e não apenas anúncios. Disse que o governo mandava para a autarquia responsabilidades esquecendo-se do pacote financeiro, mas que ambos eram do mesmo partido e talvez isso acontecesse por entenderem que o executivo não era capaz de gerir o dinheiro, como já aconteceu no passado. Disse que o PS, no passado, tinha deixado Espinho numa vergonha. Perguntou qual era a razão de alguém que não tenha nascido ou não vivesse em Espinho não ter legitimidade para ali estar.

Presidente CME contra protestou, referindo que o que fosse feito na "ruína" de Paramos teria teto, portas e janelas e que nenhuma obra, como a que custou milhões aos espinhenses e que ninguém sabia muito bem, nem sequer o executivo anterior, para o que servia, seria entregue.

João Matos (BE) protestou, lamentando que o executivo, na voz do Presidente da Câmara, não se soubesse elevar das paixões humanas e não trouxesse à Assembleia os devidos esclarecimentos aos pedidos que os vogais colocavam. Recorreu à expressão utilizada pelo Vice-presidente da Câmara quando disse que a "ignorância era



mãe do atrevimento” e acrescentou que a raiva era a mãe da covardia, sendo que o Presidente para além do comício raivoso que fez, não teve a coragem de responder a nenhuma questão que tinha colocado.

Presidente CME disse que não admitia expressões, como a palavra “raivoso”

Fausto Neves (CDU) protestou, dizendo que estavam muito habituados, com ou sem razão, à passagem de culpas entre os dois partidos, PSD e o PS, quando um deles ganhava as eleições, tudo o que o antecessor fez estava mal e as contas estavam péssimas, mas que o grande problema era que as contas eram votadas pelo partido que estava na oposição e depois passava ao poder. Que era melhor discutirem ali ideias, como a primeira questão que ali colocou que tinha a ver com tudo em Espinho, acrescentando-se a saúde e que era necessário envolverem-se, com coragem, naquele tipo de resoluções para a sobrevivência de Espinho

Vice-presidente em defesa da honra disse que o referido pelo vogal João Matos não estava correto porque, na sua intervenção tinha referido a palavra desconhecimento e que utilizava aquela palavra para não utilizar a palavra ignorância porque a ignorância era sempre a mãe do atrevimento. Disse que, para além das palavras, era importante ouvir as pessoas e as suas intenções e as ações propostas porque senão as palavras esgotavam-se num ato narcísico e inconsequente.

10. Tomar conhecimento da Alteração por Adaptação do Plano de Pormenor do Estádio do Sporting Clube de Espinho, na sequência da transposição das Normas do Programa da Orla Costeira - Caminha-Espinho (POC-CE).

Presidente CME disse que decorria do transposto em legislação e significava que os dois primeiros lotes em frente ao mar perdiam a sua viabilidade construtiva, até à Câmara Municipal tentar conseguir aprovar as regras que se adequassem aos interesses de Espinho e que se não o fizessem, a Câmara ficava impedida de praticar qualquer ato administrativo existindo também a questão da dominialidade que era um problema que se arrastava há 155 anos e que trazia repercussões financeiras graves

Ponto 11. Tomar conhecimento da Informação relativa às autorizações prévias genéricas necessárias à execução dos Documentos Previsionais 2022.

Não havendo quaisquer questões sobre este ponto, o Presidente da Assembleia municipal deu por encerrada a reunião, tendo previamente pedido à Câmara Municipal que fizesse chegar à Assembleia os documentos que deram origem às deliberações referidas pelo vogal João Matos, sobre as alterações e os trabalhos a mais.

As deliberações tomadas na presente reunião foram aprovadas em minuta, por unanimidade, ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, após a sua leitura pelo Presidente da Mesa da Assembleia.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 61.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal

---

A Funcionária Municipal,

---